

André Fabrício Silva 

Professor Doutor

Universidade Estadual do Paraná (Unespar)

andrefabricio.sil@gmail.com

EMOÇÕES, SEDIÇÃO E PATRIMÔNIOS DIFÍCEIS: A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DO TERRITÓRIO DE BENTO RODRIGUES

Resumo

O presente artigo trata das emoções patrimoniais despertadas a partir do contato dos moradores de Bento Rodrigues com o território após o rompimento da barragem ocorrido no dia 05 de novembro de 2015 que o destruiu por completo. Essas emoções revelam que os laços afetivos com o local permanecem vivos e se manifestam em práticas simbólicas e comemorativas, como festas religiosas e eventos culturais, que reforçam o sentimento de pertencimento e a unicidade entre os moradores e o território. Além disso, o trabalho aborda uma outra dimensão das emoções patrimoniais, caracterizada pela mobilização em defesa do território frente a ameaças de destruição. Denominada como sedition por Daniel Fabre, tais emoções se expressam de forma reativa e defensiva, impulsionando os indivíduos a resistirem a projetos que comprometam os espaços afetivos. No caso de Bento Rodrigues, o anúncio da construção de um dique pela mineradora responsável pelo desastre desencadeou uma forte reação emocional nos moradores. Esse sentimento de revolta estimulou práticas de defesa patrimonial, nas quais os afetados buscaram estratégias para reivindicar o reconhecimento e a proteção do território destruído. Assim, o artigo busca analisar os patrimônios difíceis a partir das emoções patrimoniais, que se mostraram fundamentais na articulação social, ativando processos de resistência e ressignificação do território.

Palavras-chave: emoções patrimoniais, patrimônio difícil, pertencimento territorial, Bento Rodrigues, desastres.

EMOTIONS, SEDITION, AND DIFFICULT HERITAGE: THE STRUGGLE FOR THE PRESERVATION OF THE TERRITORY OF BENTO RODRIGUES

Abstract

This article addresses the heritage emotions triggered by the contact of residents with the territory of Bento Rodrigues after the dam collapse on November 5, 2015, which completely destroyed the area. These emotions reveal that the affective bonds with the place remain alive and manifest themselves in symbolic and commemorative practices, such as religious festivals and cultural events, which reinforce the sense of belonging and the unity between the residents and the territory. Furthermore, the paper explores another dimension of heritage emotions, characterized by mobilization in defense of the territory in the face of destruction threats. Referred to as sedition by Daniel Fabre, such emotions are expressed in a reactive and defensive way, driving individuals to resist projects that compromise emotionally significant spaces. In the case of Bento Rodrigues, the announcement of a dam construction by the mining company responsible for the disaster triggered a strong emotional reaction among the residents. This feeling of outrage stimulated heritage defense practices, in which those affected sought strategies to claim recognition and protection of the destroyed territory. Thus, the article aims to analyze difficult heritage through the lens of heritage emotions, which proved to be fundamental in fostering social articulation, activating processes of resistance and re-signification of the territory.

Keywords: heritage emotions, difficult heritage, territorial belonging, Bento Rodrigues, disasters.

“Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro”.

José Saramago

INTRODUÇÃO

No dia 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana, Minas Gerais, mais especificamente no subdistrito de Bento Rodrigues, localizado a 35 km do centro da cidade, ocorreu um dos maiores desastres ambientais do Brasil. Por volta das 16h20, a barragem de Fundão, operada pela mineradora Samarco Mineração S.A. — um empreendimento conjunto da brasileira Vale S.A. e da anglo-australiana BHP Billiton, duas das maiores empresas de mineração do mundo —, rompeu-se e entrou em colapso. Como consequência, aproximadamente 34 milhões de m³ de rejeitos de minério desceram a encosta em direção a Bento Rodrigues (Brito, 2016). O enorme volume de rejeitos destruiu completamente o subdistrito de Bento Rodrigues e atingiu também os distritos vizinhos de Paracatu de Baixo, Gesteira, Barra Longa e algumas comunidades no distrito de Camargos. Além disso, contaminaram os rios Doce, Gualaxo do Norte e Carmo, chegando até o litoral do Espírito Santo. O desastre deixou 35 cidades de Minas Gerais em emergência ou calamidade pública e afetou quatro municípios no estado do Espírito Santo. Bento Rodrigues, por estar mais próximo da barragem, foi o primeiro local a ser atingido pela onda de rejeitos. A força da enxurrada foi tão intensa que a pequena comunidade foi completamente soterrada pela lama, desaparecendo sob os resíduos em apenas 15 minutos.

A lama causou a perda de referências e marcas que definiam a vida da comunidade. O desastre colocou os moradores no patamar de “atingidos”¹ e provocou ressignificações em sua relação com o patrimônio perdido. Esse patrimônio, agora, reconstrói-se por meio de uma memória afetiva, na tentativa de recompor o que foi destruído e de manter vivas as identidades ligadas a um espaço que não existe mais. A mudança de território impôs aos atingidos de Bento Rodrigues a necessidade de reconfigurarem suas formas de

¹ Tal categoria surge em meio ao grande número de barragens construídas no Brasil a partir da década de 1950 para atender à crescente demanda de produção de energia elétrica, culminando na construção de diversas usinas hidrelétricas no território brasileiro (Silva; Silva, 2011).

organização. Diante da nova realidade, era preciso pensar em como reconstruir suas vidas e, ao mesmo tempo, preservar as memórias do território destruído.

O desastre acarretou um processo de desterritorialização e despertou nas vítimas uma vivência do patrimônio perdido, em que os usos e apropriações do patrimônio demonstraram uma tentativa de reconectar uma identidade destruída que se estabelece por meio da memória coletiva e individual. O processo foi delimitado por uma realocação da população para um novo lugar, de diferentes condições sociais e econômicas. Cabe destacar, conforme no diz Teresa Scheiner, que toda a história do humano no planeta está atravessada pela experiência da territorialidade. Mas é na esfera local que cada grupo humano desenha e define a sua marca identitária (Scheiner, 2004, p.63). Dessa forma, o processo de reterritorialização ocorrido na cidade de Mariana é marcado por uma ruptura da percepção de si, dos outros e do meio ambiente, por parte dos atingidos.

Estudando os usos do patrimônio pelos indivíduos e comunidades no trato com a memória, buscamos entender como se dão as fundações narrativas de tais memórias em um contexto pós desastre e como essas estratégias dialogam e se confrontam com a empresa responsável por tal evento. Buscaremos analisar as relações entre memória e território e os processos identitários a partir da ausência do patrimônio provocado pelo desastre. Interessa compreender como a ausência do território e suas dinâmicas, e objetos patrimoniais, mobilizaram as vítimas na busca por manterem viva a memória sobre o território de Bento Rodrigues que já não mais existe. Um dos conceitos que irão nortear este artigo é o de emoções patrimoniais. Um dos principais autores a se debruçar sobre tal conceito foi Daniel Fabre. O autor irá observá-lo no movimento de reconstituição da memória na relação estabelecida com o patrimônio destruído que revela uma emoção que se desvela nas estruturas da memória e das práticas patrimoniais (Fabre, 2013). As emoções patrimoniais, a princípio, são percebidas como essas emoções que mobilizam os indivíduos na perda do seu patrimônio. Com isso, os sentimentos expressos nas emoções patrimoniais podem ser permeados pelo luto, pela dor, pela raiva, pela perda, pela ausência.

Na perspectiva deste artigo, iremos observar esse movimento das emoções patrimoniais no embate direto dos atingidos contra a empresa responsável pelo

crime, a Samarco, e a Fundação Renova², entidade criada em 2016 com o objetivo de gerenciar e executar os programas de reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Esta, tem enfrentado críticas por parte de comunidades afetadas, organizações não governamentais e órgãos públicos, que alegam lentidão na execução dos programas, falta de transparência e insuficiência nas ações de reparação. Além disso, há questionamentos sobre a independência da fundação em relação às empresas responsáveis pelo desastre³.

Após o desastre, os atingidos foram deslocados para um território ao qual não eram pertencentes. O ambiente hostil onde as vítimas se encontravam representou uma sensação de vazio territorial, culminando em uma série de conflitos identitários. Esse cenário gerou um conjunto de eventos em que os moradores de Bento Rodrigues, no processo de reterritorialização, irão estabelecer uma relação com o antigo território, com o patrimônio destruído, que se configurará em mecanismos de mobilização que se desdobrarão em episódios que envolvem processos de afirmações identitárias, luta por reparação, direito ao território e manutenção dos ritos. Dessa forma, os patrimônios difíceis aqui analisados se direcionam às ruínas de Bento Rodrigues e toda a emoção que o território desperta e, principalmente, a um caso mais recente envolvendo um objeto, um marco da estrada real que se encontrava no subdistrito, que irá levantar uma série de debates entre os moradores e a Fundação Renova envolvendo narrativas sobre as memórias de Bento Rodrigues.

LUTA PELO TERRITÓRIO E A TRANSFORMAÇÃO DAS EMOÇÕES EM AÇÃO COLETIVA EM BENTO RODRIGUES

Os desastres geradores das emoções têm como primeiro ato revelar nos indivíduos a manifestação da dor e do lamento. A princípio, de acordo com

² Conforme consta no próprio site, “A Fundação Renova é a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, resultado de um compromisso jurídico chamado [Termo de Transação e Ajustamento de Conduta \(TTAC\)](#). Ele define o escopo da atuação da Fundação Renova, que são os 42 programas que se desdobram nos muitos projetos que estão sendo implementados nos 670 quilômetros de área impactada ao longo do rio Doce e afluentes. As ações em curso são de longo prazo”. Disponível em: <https://transparencia.fundacaorenova.org/institucional/a-fundacao/>. Acesso em 10/02/2025.

³ Atingidos em Mariana criticam Fundação Renova. Disponível em: <https://sites.almg.gov.br/cpi-barragem/videos/video.html?id=1418700>. Acesso em: 10/02/2025.

Fabre, a lamentação centra-se no indivíduo, depois em ações e gestos de ajuda e, por último, se estabelece como um processo de renascimento, como reflexo da vida que não se foi em meio a tragédia (Fabre, 2016). Na coletividade, o lamento se transforma em indignação. Toda indignação é direcionada a um alvo, reestruturando a lógica das denúncias que se intensificam por diversos meios, transformando-se em multiplicador das emoções a partir dos fragmentos de dor, revolta e indignação. Para os moradores de Bento Rodrigues, o alvo, desde o momento do ocorrido foi a mineradora Samarco, responsável pelo crime, e a Fundação Renova, criada visando indenizar as vítimas sem que teoricamente a mineradora interferisse no processo⁴. No embate contra a responsável pelo crime que as emoções patrimoniais vão se intensificando entre os moradores de Bento Rodrigues, gerando uma série de ações que têm como elemento central os usos do patrimônio.

Logo após o rompimento, foi baixado um decreto proibindo os moradores de acessarem a área atingida, visto que se tornou uma área de risco por se encontrar em um raio de 5 a 10 minutos de onde ocorreu o rompimento da barragem, classificando o distrito como área de risco máximo (Basso, 2018)⁵. Com isso, a própria mineradora responsável pelo crime passou a controlar o acesso à Bento Rodrigues, financiando guaritas de segurança para controlar a área⁶. Dor maior que o desastre, é ter o próprio território destruído sob a responsabilidade da empresa responsável pelo crime. Diante a indignação de não poderem acessar sua comunidade, é por meio dos laços afetivos com o

⁴ A Fundação Renova enfrenta diversas críticas relacionadas à sua atuação. A principal delas é a lentidão nas ações de reparação, com atrasos no reassentamento de famílias, na recuperação ambiental e no pagamento de indenizações. A falta de transparência também é apontada, com dificuldades de acesso a informações sobre recursos e decisões. As comunidades afetadas criticam a insuficiência das indenizações e os critérios questionáveis para calcular os valores, além da falta de participação efetiva nas decisões. A recuperação ambiental é considerada insuficiente, com impactos ainda visíveis no Rio Doce e nas áreas atingidas. A Fundação também é acusada de falta de independência em relação às empresas responsáveis (Samarco, Vale e BHP).

⁵ Para saber mais, ler: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/11/21/3-anos-apos-tragedia-familias-seguem-proibidas-de-morar-em-area-de-mariana.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 11/02/2025

⁶ O acesso ao subdistrito de Bento Rodrigues continua sendo controlado pela mineradora Samarco. Para entrar na área, é necessária uma autorização emitida pela Defesa Civil do município de Mariana, em conjunto com a Fundação Renova. No entanto, conforme destacado, os atingidos conquistaram o direito de acessar o território sem depender da autorização da fundação. Assim, quando estão acompanhados por eles, não é mais exigida permissão formal para adentrar o local.

território destruído que as vítimas irão se organizar e exigirem o direito de frequentarem o território do qual se sentem pertencentes.

Em estudos recentes, foi constatado que após o desastre, um dos primeiros movimentos a despertar as emoções de relacionou ao direito à expressão da fé (Silva,2024). Quase um ano após o desastre, o evento de comemoração do padroeiro do subdistrito, São Bento, marcou um processo coletivo de emoções patrimoniais que se estabeleceu a princípio pela ausência do território afetivo onde ocorriam as celebrações. A data de celebração no ano seguinte ao desastre fez emergir um problema que envolve pensar como os moradores, ligados a uma tradição religiosa, iriam estabelecer os ritos religiosos, sendo que todas as referências foram perdidas: as imagens dos santos, as igrejas, os percursos.

O primeiro movimento foi realizar o rito na cidade de Mariana, conforme destaca a atingida Mônica dos Santos: “pedimos a Deus coragem para prosseguir e celebramos com muita fé em uma capela emprestada, tomamos as ruas que não eram as nossas com uma imagem doada por irmãos de outra comunidade (Santos,2016, p.13). Porém, conforme podemos observar na fala da moradora, eles têm a dimensão de que não pertencem àquele território. Realizar esse rito com aquilo que lhes foi emprestado, que não diz respeito à comunidade, em uma rua que não é deles, desperta nos moradores de Bento Rodrigues um senso de pertencimento ao território que se estabelece com o estranhamento inicial de realizar o evento em um espaço em que não se sentem pertencentes. Esse movimento irá representar uma percepção de que a realização do evento em um território desconhecido não se completa nas relações com o sagrado. Tal entendimento fica explícito na fala da moradora Dona Irene, uma senhora que na época da entrevista tinha 80 anos, quando foi perguntada se sentia que a festa de São Bento tinha a mesma representatividade para ela sendo celebrada em Mariana: “Nossa Senhora, é muito diferente né? Tem nada a vê né? A gente vai, tudo assim, porque a gente é devota de São Bento. Mas nunca que é igual lá no Bento Rodrigues, as festas que fazia lá. Não tem aquele lugar, não tem a praça né? Nossa, muito diferente, não tem nem comparação.” (Dona Irene,2020).

Em Dona Irene, a dimensão do valor do território evocada pela emoção patrimonial revela que as manifestações patrimoniais se constituem como elemento central nas percepções identitárias e na importância desses ritos e

lugares na manutenção das identidades. Nesse sentido, para os moradores, a celebração da festa de São Bento só teria um sentido completo sagrado se fosse realizada em Bento Rodrigues, mesmo que sobre as ruínas. O morador Mauro foi um dos que sentiu a ausência do território, principalmente a necessidade de soltar foguetes durante a festa, e a emoção patrimonial expressa no sentimento de ausência desse espaço afetivo gerou um movimento emocional coletivo que se transformou em uma mobilização para a realização da festa em Bento Rodrigues.

Em 2016 foi realizado (a festa) aqui lá na própria igreja no Barro Preto. Eu passei perto da Maria e falei: "É Maria, aqui não tem jeito de soltar os foguetes". De um tempo para cá, eu fiquei responsável, que o meu o meu primo faleceu, ele que era responsável pelos fogos de artifício nas festas. E aí depois que ele faleceu, no ano seguinte não teve os fogos de artifícios. Eu peguei e falei: "A gente, mas o Antônio faleceu e gostava tanto então, não vou fazer da mesma forma que fazia, mas vou tentar né? Para dar continuidade a alegria dele. E aí eu comprei. E no último final de semana de julho, que era de costume a festa de São Bento lá em Bento, eu falei pra Maria: "eu vou lá soltar os foguetes". Ela falou: "ah, mas oce não vai sozinho não. Nós vamos". Aí juntamos também na surdina, porque também ainda era uma área restrita e não podia ter acesso mesmo, a Samarco dificultava ao máximo. E aí resolvemos ir lá. Quando nós fomos vê tinha várias outras pessoas lá. Chegamos com 58 pessoas. Aí soltamos os fogos, fizemos uma procissão só com a bandeira (Mauro,2021).

Como muitas outras vítimas, Mauro tinha planos e memórias que foram apagados pela lama de rejeitos, mas firme nas suas convicções e fé, nunca teve a intenção de deixar aqueles que se acomodam na ganância e na injustiça descansarem. Por isso, tornou-se um militante ativo na causa das vítimas e o desejo expresso na fala anterior tornou-se um movimento coletivo que, à revelia das recomendações da Defesa Civil e da Samarco, ocuparam os espaços seus para soltura dos foguetes e realização dos ritos religiosos em frente aos destroços. Com isso, além da festa em Mariana, "no dia 30 de julho, São Bento também foi celebrado no território arrasado pelo rejeito, com procissão, celebração, queima de fogos e o hasteamento da bandeira do padroeiro. Uma festa marcada por união e perseverança dos ex-moradores de Bento Rodrigues (Santos,2016, p.13).

A emoção se completou com a prática do ritual sobre as ruínas, realizando os mesmos percursos sobre as ruas tal qual eram realizadas antes do desastre. Além disso, para desafiar a empresa Samarco pelo direito de ocuparem o território, tiveram que escapar da arena legal, que segundo Fabre, é onde a responsabilidade reside na incerteza e subvertê-la é fundamental para a dinâmica geral que transforma emoção em ação (Fabre,2016, p.72 – 73).



Figura 1. Atingidos celebram a festa de São Bento em Bento Rodrigues no ano de 2018. Fonte: Foto Arquidiocese de Mariana.

Embora a comunidade de Bento Rodrigues esteja sob ruínas, ainda é o espaço ao qual os moradores se sentem pertencentes e, por isso, a aura dos ritos religiosos mantém-se ligada à identificação com a comunidade se realizados no local de origem dessas celebrações. Tal sentimento fez com que os moradores se engajassem na luta para que as festas religiosas fossem realizadas nos mesmos espaços onde sempre ocorreram. Mais do que isso, representou um passo inicial na luta pelo direito de continuarem frequentando o território de Bento Rodrigues⁷. Conforme destaca a moradora Lucimar Muniz, museóloga e herdeira de terrenos em Bento Rodrigues: “A festa de São Bento, celebrada em Bento Rodrigues, foi um momento importante na nossa luta pelo direito à propriedade.” (Muniz, 2016, p.13). A fala de Lucimar Muniz revela os usos do patrimônio como ferramenta de luta pelo direito ao território. Para além do seu aspecto sagrado, podemos aferir em sua fala que a dimensão patrimonial do evento sagrado se fortalece a partir da percepção de que ele se configura também como estratégia para manutenção do território.

A reconstrução dos ritos nas ruínas de Bento Rodrigues é o sinal mais óbvio da necessidade das vítimas de reafirmarem a questão dos valores destruídos pela

⁷ Moradores de Bento Rodrigues celebram festa de N. Sra. das Mercês. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/mg2/video/moradores-de-bento-rodrigues-celebram-festa-de-nossa-senhora-das-merces-5330185.ghtml>. Acesso em: 25/02/2025.

lama e de reagirem à agressão e à violência do crime da Samarco. O direito de frequentarem o território destruído, além de envolver todos os aspectos das emoções patrimoniais com o espaço, é um ato simbólico de luta e esperança. Nesse processo de luta, os moradores ganharam na justiça o direito de acessarem o território destruído de Bento Rodrigues sem autorização prévia da mineradora. O aceso foi regulamentado por um decreto da Prefeitura de Mariana e a mineradora Samarco ficou responsável por manter a segurança e o controle na entrada e saída de pessoas no local (Marques, 2019, np.)⁸. Observa-se, com esse processo, que a identificação de uma comunidade com seu patrimônio pode desencadear eventos que abalam a autoimagem coletiva, sendo o apego uma forma de reagir, afirmar e pertencer a uma comunidade não apenas territorial, mas também moral (Piscaglia, 2006, p.126).



Figura 2. Ato realizado após um ano do desastre pede justiça às 20 pessoas que perderam a vida e aos milhares de afetados pela lama das mineradoras Samarco, Vale e BHP.

Fonte: Foto ©Yuri Barichivich, Greenpeace.

Apoiamo-nos em Veena Das (1995) para compreender essa dimensão, observando como, logo após o evento, a comunidade se organizou e articulou ações em torno da representatividade do patrimônio, buscando demarcar seu lugar no território destruído. A autora sustenta que, apesar das possíveis assimetrias de poder presentes em contextos de desastre, os sujeitos não permanecem passivos diante da situação; ao contrário, demonstram uma notável capacidade de diligência e agência Segundo Das, no esforço por voltar

⁸ Marques destaca que o acordo homologado pela Justiça permitiu que os antigos moradores de Bento Rodrigues pudessem acessar o local sem autorização prévia. A autorização para a entrada foi permitida às quartas, sábados e domingos, das 8h às 18h. Os atingidos tiveram que passar por um treinamento da Defesa Civil municipal. Nesse mesmo processo foram liberadas as celebrações de festas populares após combinação prévia com a Samarco e Defesa Civil.

à cotidianidade depois de um "evento crítico"⁹, revela-se o valor daqueles que se sobrepõem ao lamento, os quais, por sua vez, se apropriam das marcas deixadas pela violência do evento crítico e as ressignificam (Das, 1995). O retorno ao cotidiano pode ser uma forma de lidar com a dor, e, nesses casos, como o ocorrido em Bento Rodrigues, a realização e o retorno das práticas no território destruído é uma maneira de apropriar-se do espaço e uma estratégia de agenciamento (Das, 2008).

Véronique Dassié nos diz que ao marcar uma ruptura temporal, a catástrofe estabelece a ideia de um parêntese entre um antes e um depois. Essa divisão está associada à expressão emocional, em que o reflexo do desastre no campo de disputas é movido e realizado no amplo campo das emoções. A quebra na ordem das coisas, portanto, afeta aqueles que as notam (Dassié, 2017, p.33). Nessa perspectiva, observamos que os moradores de Bento Rodrigues passaram a "repovoar o patrimônio", a partir do momento em que buscaram falar sobre ele, reintroduzindo os seus protagonismos. O patrimônio é, então, compreendido dentro de um processo cultural que envolve atos de recordações trabalhadas de modo a serem criadas maneiras para melhor entenderem e se engajarem no presente (Smith, 2006). Nessa ordem, os locais e os ritos são ferramentas culturais determinantes para as identificações. A perda desses referenciais sugere um vazio quanto ao lugar das vítimas no mundo. As ruínas de Bento Rodrigues se converteram em lugares de memória¹⁰. A memória é revivida e ritualizada na tentativa de trazer a vida lembranças cujo meio de acesso se estabelece pela ritualização de uma memória/história, investindo o

⁹ Ao procurar debruçar-se sobre os fatos históricos recentes ocorridos na Índia, a autora propõe a noção do conceito de evento crítico. Para Das, evento crítico é um processo permeado pela violência. A partir dele, surgem novos modos de ação que redefinem categorias tradicionais. Igualmente, novas formas são adquiridas por uma variedade de atores políticos, como grupos de castas, comunidades religiosas, grupos de mulheres e a nação. Esses eventos evocam a destruição do sentido de pertencimento local e também da ideia de homogeneidade. A experiência da violência gera consequências de análises teóricas e metodológicas que devem considerar os traumas e processos gerados pelo rompimento provocado pelos desastres.

¹⁰ Em *Les Lieux de Mémoire*, Pierre Nora (1984) desenvolve o conceito de "lugares de memória" como uma resposta crítica à noção de história, que ele define como algo passado, morto e marcado apenas por vestígios do que um dia foi a verdadeira memória. Para o autor, a verdadeira memória é um fenômeno vivo e dinâmico, intrínseco à experiência dos grupos em seu contexto específico. Ela se manifesta nas relações cotidianas, nas tradições compartilhadas e nas práticas diárias que transformam o ambiente em espaços de memória. Esses lugares são construídos por meio de narrativas, visões, afetos e objetos, elementos que não apenas consolidam a identidade dos grupos, mas também evoluem em sintonia com a vida e as transformações da comunidade. Assim, os lugares de memória não são estáticos; eles se renovam e se reconfiguram conforme a coletividade se move no tempo e no espaço.

lugar de memória de uma “aura simbólica” (Nora, 1993), que, como foi destacado, não se realiza em outro território, se não nas próprias ruínas do subdistrito destruído.

A atribuição de valores aos elementos memoriais de Bento Rodrigues, por meio da reinterpretação do território, do entendimento deste espaço como único, sagrado e onde somente nele serão capazes de vivenciarem experiências que reforçam os componentes identitários da comunidade, podem ser compreendidos dentro do que Llorneç Prats irá denominar como ativação patrimonial (Prats, 2006). O autor irá interpretar esse processo como a mobilização de valores atribuíveis, realizada de forma conjunta por atores sociais que buscam valorizar, por meio de um discurso patrimonial, os referentes memoriais identitários, destacando seus significados e relevâncias. Assim, em Prats vemos a ativação patrimonial como um processo de definição do que é patrimônio e, dessa forma, de acordo com o autor, o patrimônio é identificado e reconhecido quando tem como base uma construção coletiva ampla, assentada em um discurso memorial pré-estabelecido e compartilhado.

Este raciocínio reforça as referências e experiências de apropriação de referencial memorial para ativação patrimonial observadas nos movimentos das vítimas desde o momento do rompimento da barragem, de quando, desterritorializados, viram-se diante da impossibilidade de manifestarem seus ritos em um território aos quais não se sentiam pertencentes. Prats nos mostra que os motivos que levam à ativação de um patrimônio estão na restituição da memória da população que, para ele não passa de retórica, mas sim um desejo de retomada (Prats, 2005). Com isso, reforça a importância do vínculo e utilização do patrimônio pelos grupos sociais, que a partir dele se define e se reproduz social e culturalmente.

Aquilo que foi destruído pela lama é patrimonializado pelas vítimas, na medida em que os grupos passam a conferir aos objetos reais, ou idealizados, um estatuto particular que os coloca como representativos da autoimagem de cada um. Seus processos de identificação, tornam-se, assim, elementos operacionais na construção identitária no tempo, estabelecendo, de igual maneira, essa distinção com o ‘outro’ (Davallon, 2012), configurado como aqueles moradores da cidade de Mariana. Conforme destaca Candau (2011, p. 161), “... as representações do patrimônio como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de comunidade específica

conduz, muito facilmente, a tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na “terra natal”.

SEDIÇÃO PATRIMONIAL E A TOMADA DE CONSCIÊNCIA EM DEFESA DO PATRIMÔNIO

Na escala das emoções patrimoniais, Daniel Fabre vai tratar de um aspecto das emoções que o autor irá considerar como uma etapa final na escala das emoções. O autor irá denominá-la *sédition* e conclui que essa etapa deve ser compreendida se a pensarmos no fenômeno chamado NIMBY. Esta expressão representa um acrônimo para “*Not In My Back Yard*”¹¹ (“Não no meu quintal”/“Não em casa!”) e expressa uma oposição a projetos polêmicos que prejudiquem o entorno onde será implementado. Segundo Fabre, a sedição patrimonial é mais bem compreendida nesse contexto uma vez que o fenômeno NIMBY mobiliza determinados grupos que se organizam com o objetivo de recusar tais empreendimentos, geralmente implementados com o próprio aval do interesse público (Fabre, 2016, p.77). Para Fabre, esse movimento vai operar em dois espectros, sendo que o primeiro opera com base na pertença territorial e o segundo sobre referências e valores. Na visão do autor, o apego emocional ao patrimônio é expresso de forma mais intensa nesses eventos que retratam a destruição injusta do lar (Ibidem, p.78).

Quando observamos as emoções patrimoniais através da *sédition*, Nathalie Heinrich acrescenta que embora a emoção patrimonial, quando manifestada, é entendida naturalmente de maneira positiva, ela também possui um caráter negativo. Para a autora, essas emoções são essencialmente defensivas, aquelas que visam manter vivo determinado objeto que se encontra passível

¹¹ Not in My Backyard Phenomenon (NIMBY), também denominado Nimby, representa a oposição à empreendimento indesejável. A frase surgiu pela primeira vez na década de 1970. Foi usada no contexto do esforço das concessionárias de energia elétrica para construir usinas geradoras de energia nucleares localizadas em Seabrook, New Hampshire, e Midland, Michigan, nos Estados Unidos da América. A frase “não no meu quintal” tem dois usos e categorias distintas de usuários. Em algumas circunstâncias, denota a relutância dos indivíduos em aceitar a construção de projetos de grande escala por empresas ou entidades governamentais próximas, o que pode afetar sua qualidade de vida e o valor de sua propriedade. A frase também é usada por defensores do serviço social e da justiça ambiental para sugerir uma ausência de consciência social expressa por uma oposição baseada em classe, raça ou deficiência à localização de instalações de serviço social nos bairros. A conotação negativa de “não no meu quintal” vem do fato de que aqueles que se opõem a projetos de alto impacto por motivos ambientais tendem a ter origens de classe média ou classe baixa. Para saber mais, acesse: <https://www.britannica.com/topic/Not-in-My-Backyard-Phenomenon>. Acesso em: 28/02/2025.

de destruição. Tais ações emocionais pressionam por uma ação, principalmente se existe um culpado que pode ser designado como o motivador da destruição desse objeto patrimonial (Heinich, 2013, p. 200). A mistura de lamentações e acusações é o princípio de mobilizações no sentido de proteger determinado bem de sua completa destruição.

A ideia negativa da emoção patrimonial na defesa do patrimônio expressa uma destacada articulação (*sédition*) dos moradores de Bento Rodrigues na proteção daquilo que restou da comunidade. Isso porque, no ano de 2016, a mineradora Samarco afirmou ser necessária a construção de um dique para evitar o carreamento de rejeitos de mineração da Barragem do Fundão e outros problemas no período chuvoso¹². A justificativa é que com o dique, os impactos dos rejeitos que ainda se mantiveram na Barragem do Fundão seriam reduzidos. Porém, a construção desse dique acarretaria o alagamento de parte das ruínas de Bento Rodrigues, o que gerou o descontentamento das vítimas que se mobilizaram para evitar que mais uma vez parte de suas memórias fossem soterradas¹³.

A construção de um dique representa o alagamento de uma área extensa. No caso de Bento Rodrigues, envolve propriedades particulares, objetos patrimoniais representativos para a história do subdistrito e, mais do que isso, a própria história do desastre que os moradores não desejavam ser apagadas. A importância arqueológica dos objetos foi o primeiro movimento que gerou a paralisação das obras de construção do dique 4:

A necessidade de levantamento das peças desses muros gerou a paralisação temporária das obras de construção do dique S4.” trecho do Parecer do Comitê interfederativo. “(...) foi solicitado à Samarco apresentar os estudos de alternativas ao S4 de forma detalhada e justificada, com foco nas características estruturais além de locais.” Nota técnica IBAMA, 29 de junho 2016(A Sirene,2016, p.04).

¹² Segundo a Samarco, a construção do dique S4 integraria o “sistema emergencial de retenção de sedimentos composto pelos diques S1, S2 e S3, além das barragens Eixo 1 de Fundão e Nova Santarém. Ele será feito por um alteamento com pedras construído, em recuo já existente um pouco abaixo de Bento Rodrigues, e ampliará a chamada área de clareação dos rejeitos. Isso evitará, na avaliação da mineradora, que a poluição volte a atingir o Rio Gualaxo e, conseqüentemente, o Rio Doce.” Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/09/21/interna_gerais,806338/governo-libera-construcao-de-novo-dique-da-samarco-em-mariana.shtml. Acessado no dia 25/02/2025.

¹³ Para acessar as justificativas sobre a construção do dique S4, acessar: <https://www.samarco.com/decreto-do-governo-estadual-viabiliza-obras-do-dique-s4/>. Acesso em: 07/03/2025.

A possibilidade de construção do dique gerou uma série de questionamentos nas vítimas que se perguntavam “o que o dique S4 irá alagar? Somente casas e ruínas? Ou também memórias? Ninguém será arbitrariamente privado da sua propriedade? Como vamos acessar o Bento? (A Sirene, 2016, p.04). Os questionamentos fizeram com que os moradores tomassem consciência de que “participar das decisões acerca do futuro é um direito, e, antes de tomar qualquer decisão, devem-se conhecer outras alternativas” (Ibidem). Além disso, despertaram emoções patrimoniais que se relacionam não mais com as memórias afetivas sobre Bento Rodrigues, mas com o próprio crime.

“Para mim, não podemos admitir que a cena do crime seja encoberta com a água e rejeito. As únicas prova e garantia que temos são as ruínas e as casas que sobraram. A construção do dique S4 é inadmissível neste momento. Não conseguimos assimilar a perda que tivemos e tão cedo eles já querem tomar o que é nosso, aquilo que levamos gerações para construir. Querem nos furta. Estão usando a forma mais covarde para fazer isso: quando dizem que a única solução é a construção do dique S4, querem nos por contra a parede, quando na verdade acho que querem é tirar o que é nosso.” (Antônio Geraldo Dos Santos, 2016, p.04).

Para as vítimas, o alagamento das ruínas seria uma forma de apagar não somente a memória dos moradores, mas também a própria memória do desastre. Nesse sentido, a mobilização se estabeleceu no sentido de perceber outras dinâmicas de proteção do patrimônio, no caso em específico, de recorrer a proteção oficial que evitasse o alagamento. O tombamento do subdistrito surge como a única maneira de evitar a destruição completa de seus territórios, o que engaja os moradores a realizarem um abaixo-assinado para que o local fosse tombado em âmbito municipal.

Podemos entender esse movimento das emoções como o tratado por Mariana Vieira de Brito que vai pensar as emoções pelo ângulo político, que caminha em duas direções: sendo uma tradicional, que comumente é promovida pelo estado, e outra, que se insere na análise aqui estabelecida, em que o patrimônio se coloca como agente de mobilização (Brito, 2016, p.92). A autora entende que “nesta direção, o patrimônio pode tornar-se promotor de direitos, ferramenta estratégica de grupos sociais em busca de visibilidade, vetor de contestações e reivindicações e/ou objeto de disputas de diferentes interesses, entre eles os empresariais” (Ibidem).



Figura 3. Representação desenvolvida pela mineradora Samarco simulando as áreas que serão afetadas pelo dique S4.

Fonte: Samarco.

A valorização do patrimônio despertou nas vítimas o desenvolvimento de estratégias que implicaram práticas e narrativas, destacando reivindicações relacionadas ao tombamento, que produzem discursos e reflexões sobre a patrimonialidade, o que envolve emergência de disputas de representatividade do espaço para não se esquecer o crime.

Essas ruas que sobraram serviram de rota para quem teve de correr e não ser levado pela lama. Essas casas que sobraram serviram de abrigo para passarmos a última noite. Elas são essenciais para manutenção da nossa memória como comunidade, pois também contam o fato ocorrido no dia do rompimento (Antônio Geraldo, 2017, p. 19).

Para Genival Pascoal,

O tombamento vai fazer com que tudo aquilo que a gente viveu um dia não seja apagado de nossa memória. Sabemos das dificuldades que vamos enfrentar para conseguir o tombamento, mas depois que conseguir, vai ser melhor porque não vamos precisar ficar com aquela preocupação da empresa destruir tudo aquilo que sobrou (Genival Pascoal, 2017, p. 25).

A mobilização ocasionou a realização de uma audiência pública realizada no dia 19 de abril de 2016, em que o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (Compat), após ouvir os moradores de Bento Rodrigues, confirmou que daria início ao processo de tombamento das comunidades atingidas pela Barragem do Fundão¹⁴. A audiência contou com a participação de mais de 300 pessoas e uma grande presença dos moradores. Segundo o relatório do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Mariana, constante

¹⁴ Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/conselho-do-patrim%C3%B4nio-de-mariana-decide-pelo-tombamento-de-bento-rodrigues-e-paracatu-de-baixo-1.378031/>. Acesso em: 14/02/2025.

na ata de reunião extraordinária do dia 28 de abril de 2016, as vítimas “manifestaram sua opinião de modo contundente” e que a reunião foi marcada por um “tom emocionante à medida que os atingidos relatavam suas histórias e suas demandas”. Os moradores ressaltaram a importância do tombamento já que as obras realizadas pela Samarco em Bento Rodrigues estavam ocorrendo sem a fiscalização do Compat e que no local ainda existiam bens inventariados pelo Conselho que estavam soterrados pela lama¹⁵. Dessa forma, foi aprovado por unanimidade o tombamento do subdistrito. Essa mobilização representou o resultado da ampliação patrimonial cuja aproximação dos moradores demonstraram que eles passaram a perceber o patrimônio como ferramenta contestatória e instrumento de reivindicações carregadas de emoções patrimoniais (Britto, 2016).

O processo de tombamento mobilizado pelas vítimas se estendeu por longos meses, sem nenhum resultado efetivo. Somente no ano de 2018, o tombamento estadual da Capela de Nossa Senhora das Mercês foi aprovado pela Deliberação CONEP 19/2018, de 17 de outubro de 2018, e inscrito nos Livros do Tombo II – de Belas Artes – e III – Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos¹⁶. Em relação ao tombamento municipal, nada foi efetivado, ainda se encontra em processo de avaliação, devido à complexidade que envolve o tombamento de um distrito inteiro, o que requer muita discussão¹⁷. Esse processo revela disputas de poderes e quais instâncias tem autoridade para delimitar qual patrimônio deve ser protegido. Conforme aponta Ana Cristina de Souza Maia, presidente do Compat no ano de 2017, legalmente o projeto do Dique S4 teria que ser analisado pelo Compat, já que eles haviam iniciado o processo de tombamento, por isso é um instrumento legal para interromper as obras. Porém, a Samarco desconsiderou o processo de tombamento e aprovou o seu projeto recorrendo a duas outras instâncias: à Delegacia Regional do IPHAN e ao governo do estado de Minas Gerais. Com isso, conseguiu a autorização para realização da

¹⁵ Atas de reunião extraordinária do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Mariana – Compat Mariana. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1JryoXmdgGq_EjFUXECnDileXnjh-RNsU/view Acesso em 14/02/2025.

¹⁶ Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/145/bens-tombados-capela-de-nossa-senhora-das-merc-es> . Acessado no dia 14/01/2022.

¹⁷ Disponível em: <https://jornalggn.com.br/movimentos-sociais/moradores-decidirao-futuro-de-distritos-atingidos-pela-lama-em-mariana/> . Acessado no dia 14/02/2025.

obra, mesmo com o processo de tombamento municipal em tramitação (Maia,2017, p.24).

A mobilização fez com somente uma parte do distrito fosse inundado pelo dique S4, preservando as ruínas, única forma de contato dos moradores com os objetos cuja emoção patrimonial despertada reforçou a luta na preservação desse espaço, conforme destaca o morador Mauro:

De início nós contestamos porque ela (Samarco) quis construir o dique dentro de Bento Rodrigues. A princípio ia inundar tudo, depois de muito briga que inundou parte. Qual que era o intuito? Apagar um pouco o cenário daquela tragédia. Primeiro ela usou a estratégia de plantar algumas leguminosas e não deu o efeito esperado, aí entraram com a proposta do dique. (Mauro,2021).

Se a sedição patrimonial dos moradores evitou que todo o território de Bento Rodrigues fosse inundado pelo dique e toda a memória, tanto da comunidade quanto do evento, fossem soterradas, levantou outra questão no que diz respeito ao que será feito das ruínas de Bento Rodrigues. No processo de reparação, as vítimas foram reassentadas em um novo espaço, no que hoje é chamado “Novo Bento”.

Desde que a empresa Samarco se estabeleceu nas proximidades de Bento Rodrigues, seu interesse em ocupar as terras ao redor para a construção de barragens e a expansão das atividades de mineração tornou-se evidente. Diversos moradores relatam que, desde a década de 1990, a empresa contratava equipes para realizar levantamentos sobre o número de habitantes, os bens patrimoniais e a composição dos núcleos familiares — como se antecipesse um possível desastre futuro. Essa prática sugere que seria mais viável, do ponto de vista empresarial, indenizar posteriormente do que interromper a produção diante de falhas nas barragens. O morador Mauro mencionou, ainda, a existência de um dossiê elaborado pela mineradora, atualmente sob custódia da Polícia Federal, que reforçaria o interesse da empresa nas terras de Bento Rodrigues.

Lá no Bento é uma área que há muito tempo era pleiteada pelas empresas, tem até um dossiê que fica na Polícia Federal na justiça federal em Ponte Nova, e esse dossiê foi feito em 2012. Tem fonte de renda, grau de estudo, até o canal de televisão preferido das pessoas consta neste dossiê. Então, a parte final do dossiê tá que tirar os moradores de Bento é difícil devido a resistência, principalmente dos mais velhos. Então a gente tem que ir sufocando, comprando as grandes propriedades em torno de forma que a comunidade não tenha como crescer, expandir, na medida que os mais velhos forem falecendo a gente vai comprando as propriedades (Mauro,2021).

Os moradores fizeram notar que a empresa tem uma estratégia a longo prazo de coibir o processo de ampliação do distrito através de compras de terras ao redor de Bento Rodrigues¹⁸. Devido à resistência dos moradores mais velhos, que sempre relutaram em vender suas terras, que a comunidade de Bento Rodrigues sempre se manteve viva. Após o rompimento, a mineradora tentou utilizar de artifícios para se tornar proprietária de Bento Rodrigues através de permuta.

Desde que as vítimas ganharam o direito de serem indenizadas com novos terrenos para a construção do Novo Bento, a Fundação Renova passou a exigir uma permuta em que os moradores de Bento Rodrigues teriam de abdicar das suas terras e seus imóveis¹⁹. Porém, os moradores contestaram essa proposta, pois não desejavam abdicar do seu patrimônio, sua memória, sua história, suas comunidades. Aquele território, mesmo sob ruínas, ainda é o espaço ligado às identidades e as memórias das vítimas. Por isso, deram início a mais uma batalha contra a mineradora e a Fundação Renova. Nesse processo, é simbólico como os moradores ganharam na justiça o direito sobre as antigas propriedades e, ainda, qual seria o destino dado a elas. O relato do morador Mauro, que estava no dia da audiência representando as vítimas contra Fundação Renova, destaca como as emoções podem se estabelecer como ferramenta de contestação e de luta.

Mas aí a gente vê aqui que uma das grandes derrotas da Samarco, da Vale, da BHP, nesse processo, foi a não permuta. Nós conquistamos porque as empresas, elas entendiam que a partir do momento que fosse indenizado e fosse construído o reassentamento, eles teriam direito a área atingida. E aí nós conquistamos. Eu tava no dia da audiência. Eu usei o argumento e falei com a juíza: “Meritíssima, se vem uma pessoa bêbada no carro, aí atropela, mata família e essa pessoa que morreu for o que

¹⁸ Marcela Vasco vai apresentar em sua tese uma série de documentos demonstrando o interesse da mineradora na área de Bento Rodrigues. Dentre eles podemos destacar um estudo encomendado pela Samarco no ano de 2013 a empresa de consultoria ambiental YKS. O objetivo era analisar os possíveis destinos da comunidade em função da implantação do sistema de deposição de rejeitos de Mirandinha, uma área que se encontra a 1,2 km de Bento Rodrigues. Procurava-se identificar possíveis alternativas de remanejamento de Bento Rodrigues. Segundo a autora, das 141 residências identificadas em Bento Rodrigues, os técnicos entrevistaram 121, obtendo informações referentes à escolaridade, condições de saúde, trabalho, renda e hábitos, com o objetivo de traçar o perfil familiar dos agora atingidos e a disponibilidade dos entrevistados em deixar Bento Rodrigues para um reassentamento. (Vasco, 2020, p.105).

¹⁹Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/dois-anos-ap%C3%B3s-rompimento-da-barragem-moradores-denunciam-morosidade-na-reconstru%C3%A7%C3%A3o-de-bento-1.560737>. Acesso em: 14/02/2025.

sustenta a família. Então quem matou vai ter que além de pagar a penalidade com a justiça, vai ter que indenizar a família". A juíza falou: É, realmente a pessoa vai ter que indenizar a família se essa pessoa que morreu sustentar a família". Eu falei: "tá e a partir do momento que as pessoas pagaram a dívida que ela tem com a justiça, indenizou a família, ela teria teoricamente o direito de ficar com o corpo da vítima? ". A juíza falou: "Não doutor. de jeito nenhum". Eu falei: "Uai, é o que a Samarco ta querendo fazer. Ela ta querendo indenizar e ficar com o corpo da vítima". Ai a juíza pensou e falou com os advogados o seguinte: "Não pode ter a permuta porque ali ainda tem uma história. Vocês estão restituindo a parte material, mas a parte sentimental das pessoas vocês não estão restituindo e a parte sentimental delas estão ali. De várias famílias estão ali. A origem, a história, a memória tá ali" (Mauro, 2021).

O argumento apresentado pelo morador foi fundamental para que a juíza compreendesse o valor afetivo que os sujeitos atribuem ao território. Seria um crime ainda mais grave se a empresa, após provocar a destruição desse espaço, viesse a se tornar sua proprietária — um território que, como foi enfatizado, não se define apenas por sua dimensão física, mas também pelas experiências, pela história e pelos laços sentimentais que permanecem vivos na memória dos moradores.

A analogia com o indivíduo embriagado que causa a morte de alguém, indeniza a família e, em seguida, deseja manter consigo o corpo que destruiu, evidencia não apenas a brutalidade dessa hipótese, mas também o caráter afetivo que liga o corpo aos familiares — relação semelhante àquela que o território de Bento Rodrigues mantém com suas vítimas. Ocorreu um processo que Daniel Fabre define como recuperação coletiva da monumentalidade (Fabre, 2019)²⁰, uma ruptura no tecido temporal, marcada pela revelação do valor do território de Bento Rodrigues diante o desejo da Fundação Renova e da Samarco de se apropriarem desse espaço e dessa memória de que não são pertencentes. Os moradores demonstraram que o passado de Bento Rodrigues e seus vestígios pertencem-lhes, defendendo o que já nos alertava Mario Chagas e Diana Borgado: que "memória não se remove", e sua manutenção implica desejos,

²⁰ A ideia de monumentalidade em Daniel Fabre é analisada na mesma perspectiva de Françoise Choay, que irá entender a gênese da ideia de monumento como um processo intencional criado para reforçar fatos ou personagens históricos. A reconfiguração dessa ideia de monumentalidade se estabelece a partir da concepção de patrimônio na sua relação com a temporalidade e de uma cisão entre passado e presente, que viria a influenciar não apenas a relação com a memória assim como o próprio campo do patrimônio. Dessa forma, o monumento intencional passa a perder espaço para o monumento histórico, alterando o processo de valoração do objeto patrimonial tendo seu valor atribuído em uma perspectiva temporal de passado e, nessa ótica, tudo pode passar a ser objeto de consideração patrimonial (Choay, 2006).

desafios e uma disposição para a luta e para o enfrentamento do campo de disputa em que a memória se insere (Borgado; Chagas, 2017).

CONCLUSÃO

Através da pergunta sobre o que a destruição completa de um território poderia nos dizer, sobre como pensamos, na perspectiva patrimonial, às relações com o território destruído, as lutas identitárias, as dinâmicas memoriais, os afetos, as lutas por reparação, foi possível percorrer momentos das historicidades dos moradores de Bento Rodrigues nos quais a ação política e o patrimônio iluminam o sentido de suas formas endógenas de relação com o mundo. Ocorreu o que podemos observar neste artigo como a ação de reterritorialização, que se caracteriza por um processo que nem sempre é bem-sucedido, onde o sujeito irá se adaptar aos novos territórios, tornando-se num agente ativo do (novo) território.

O ambiente hostil onde as vítimas se encontravam representou uma sensação de vazio territorial, culminando em uma série de conflitos identitários, contrapondo os interesses da população local aos direitos adquiridos pelas vítimas. Esse cenário gerou uma série de eventos em que os moradores de Bento Rodrigues, no processo de reterritorialização, irão estabelecer uma relação com o antigo território, com o patrimônio destruído, que se configurará em mecanismo de mobilização que se desdobrarão em uma série de eventos que envolvem processos de afirmações identitárias, luta por reparação, direito ao território, manutenção dos ritos e representações temporais que refletem o desejo de que as antigas relações territoriais se mantenham no futuro, no novo território. Observando tais dinâmicas, nosso olhar foi direcionado a partir do entrecruzamento das noções de emoções patrimoniais presentes nas ações dos moradores de Bento Rodrigues, mediante à luta por reparação que se estabeleceu a partir do desastre.

A primeira manifestação das emoções patrimoniais que identificamos se deu mediante a sensação do vazio territorial no ato de expressão da fé. No ano posterior, a comemoração das festividades religiosas do padroeiro da comunidade, São Bento, e da festa de Nossa Senhora da Mercês, irá marcar um encadeamento coletivo de emoções patrimoniais expressas pela ausência do território afetivo onde eram realizadas as celebrações. Essa emoção se desdobra em uma série de lutas contra a empresa responsável pelo crime, pelo direito de realizar as celebrações no território ao qual se sentem pertencentes.

O movimento irá se desdobrar em uma série de conquistas que envolvem o direito de frequentarem o antigo território que até então estava sob a responsabilidade da mineradora, assim como de realizarem os ritos no antigo território. A retomada dos ritos nas ruínas de Bento Rodrigues representou o desejo dos moradores de reafirmarem os valores patrimoniais destruídos pela lama e de resistência às agressões e à violência do crime da Samarco, configurando-se como um ato simbólico de luta.

Observamos outro fenômeno na escala das emoções patrimoniais que, como pudemos analisar, Daniel Fabre identifica como uma etapa característica das emoções e irá denominar como *sédition*, que se expressa em oposição a projetos de destruição dos espaços afetivos, mobilizando os grupos a se organizarem em defesa daqueles. Mesma reflexão apresentada por Nathalie Heinich ao destacar que a emoção patrimonial é naturalmente entendida de maneira positiva, mas que ela pode representar um aspecto negativo, despertando um sentimento de revolta, destacando o lado defensivo instigado pelas emoções patrimoniais. Nesse processo, as ações emocionais pressionam por movimento de reação contra o motivador da destruição do patrimônio (Heinich, 2013). Esse aspecto das emoções irá aflorar um sentimento de revolta nos moradores de Bento Rodrigues quando tomam conhecimento do desejo da mineradora responsável pelo crime em construir um Dique que iria inundar completamente o subdistrito. Com isso, têm uma dimensão valorativa do patrimônio que se desdobraram em ações pela defesa do território. A relevância do patrimônio avivou nas vítimas o desenvolvimento de estratégias e práticas narrativas que representou reivindicações relacionadas ao tombamento, produzindo discursos e reflexões sobre a patrimonialidade, ativação patrimonial e patrimonialização.

REFERÊNCIAS

Referências das falas e entrevistas dos moradores de Bento Rodrigues

- ANTÔNIO GERALDO DOS SANTOS. Jornal A Sirene. Edição 5, agosto de 2016, p.4.
 ANTÔNIO GERALDO DOS SANTOS. Jornal A Sirene. Edição 11, fevereiro de 2017, p.19.
 DONA IRENE. Entrevista concedida em 8 de janeiro de 2020.
 GENIVAL PASCOAL. Jornal A Sirene. Edição 11, fevereiro de 2017, p.25.
 MAURO SILVA. Entrevista concedida no dia 04 de maio de 2021.
 MÔNICA DOS SANTOS. Jornal A Sirene. Edição 5, agosto de 2016, p. 13.
 LUCIMAR MUNIZ. Jornal A Sirene. Edição 5, agosto de 2016, p. 13.
 SANTOS; QUINTÃO SANTOS. Jornal A Sirene. Edição 5, agosto de 2016, p. 13.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A SIRENE: *para não esquecer*, Mariana (MG), fev. 2016 a dez. 2022.

BASSO, Gustavo. *3 anos após tragédia, famílias estão proibidas de morar em área de Mariana*. UOL Notícias. São Paulo, 21 de novembro de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/11/21/3-anos-apos-tragedia-familias-seguem-proibidas-de-morar-em-area-de-mariana.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 14/05/2025.

BRITO, Pedro. Paisagem relíquia formada por acidente de causas antrópicas: o caso de Bento Rodrigues. *4º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte*, de 26 a 28 de setembro de 2016.

BRITO, M. V. *Política de patrimônio e território no século XXI: uma análise de Bordeaux na França*. ESPAÇO E CULTURA (UERJ), v. 1, p. 77-98, 2016.

CHAGAS, M. S.; BOGADO, D. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o museu das remoções como potência criativa e potência de resistência. In: Lia Calabre; Eula Cabral; Maurício Siqueira e Vivian Fonseca. (Org.). *Memória das olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares*, 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017, v. 1, p. 139-146.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio* / Françoise Choay: tradução de Luciano Vieira Machado. 5ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

DAS, Veena. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Delhi, Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. "Wittgenstein y la antropologia". In: Ortega, Francisco A. (org.). *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad.*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia/Pontificia Universidad Javeriana pp. 295-343, 2008.

DASSIÉ, Véronique. *Une émotion patrimoniale au service d'un engagement consensuel*. La politique à l'épreuve des émotions, 2017.

DAVALLON, Jean. Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation In: KHAZNADAR, Chérif (Coord.). *Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?* Paris: Maison des cultures du monde, 2012. p.41-58.

FABRE, Daniel. Le patrimoine porté par l'émotion. In: FABRE, Daniel (dir.). *Émotions patrimoniales*. Nouvelle édition [en ligne]. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2016, P 13 – 100.

FABRE, Daniel. Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.11, n.21, Jul./Dez, p. 08 – 19, 2019.

HEINICH, Nathalie. Esquisse d'une typologie des émotions patrimoniales. In: FABRE, Daniel (dir.). *Émotions patrimoniales*. Nouvelle édition [en ligne]. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2013, P 195 – 212.

MAIA, Andréa Casa Nova; SILVA, Regina Helena Alves da. Memória pública e ativismo: histórias de luta do Ocupe Estelita (Recife, Brasil). Renovar a Mouraria (Lisboa, Portugal). *História Oral*, v. 20, n. 2, p. 81-103, jul./dez. 2017.

MARQUES, José. *Justiça libera acesso de ex-moradores a Bento Rodrigues, em Mariana. BemParaná*. 09 de agosto de 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de: Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo, 1993.

PRATS, L. (2006). La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 58.

SCHEINER, Tereza Cristina M. *Imagens do não-lugar: Comunicação e o patrimônio do futuro*. Tese de doutorado em Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil, 2004.

SILVA, A. F. *Emoções patrimoniais em tempos de desastres: Bento Rodrigues entre a lama e a resiliência da memória*. 1. ed. Curitiba: Apriss, 2024. 257p.

SILVA, Vicente de Paulo da; SILVA, Rene Gonçalves Serafim. *Os atingidos por Barragens: Reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG*. In: *Soc& Nat, Uberlândia*, ano 23 n. 3, set/dez. 2011, P 397 – 408.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. Routledge, Oxford, 2006.

PISCAGLIA, Sabrina. *Une émotion patrimoniale exemplaire: la destruction et la reconstruction du pavillon d'Art contemporain de Milan*. In: *Culture & Musées*, n°8, p. 115-131, 2006.

VASCO, Marcela Roberta Guimarães. *Vidas em suspenso: imagens e narrativas de Bento Rodrigues (MG) depois do rompimento da barragem de Fundão*. 2020. 1 recurso online (184 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

André Fabrício Silva: Professor Adjunto no curso de Museologia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Licenciado em História e Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP; Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - UNIRIO/MAST. Pós-Graduado Lato Sensu em Educação Patrimonial pelo Instituto de Pesquisa Pretos Novos em parceria com FATEC-PR. Atua na área da Museologia, pesquisando as relações da Museologia com as mídias digitais e a virtualidade; as emoções patrimoniais, com ênfase nos usos políticos dos patrimônios por grupos sociais vítimas de desastres; e teoria museológica.

Texto recebido em: 28/05/2025

Texto aprovado em: 14/10/2025